

Cotidiano da prisão: as mulheres na Novembrada

Marlene de Fáveri¹, PPC
mfaveri@terra.com.br

Mirian Elisa da Silva Aguiar Wagner², UDESC
mirianaw@gmail.com

No dia 30 de novembro de 1979, em Florianópolis, o dia amanheceu com ares de que não seria um dia como outro qualquer: do lado dos militares, precaviam-se de possíveis manifestações que poderiam surgir com a visita do presidente da república a cidade, sabedores de que havia resistências; do lado dos estudantes e de parte da população, sentidos diversos pululavam nas reuniões e nos lares, e urgia tomar parte de alguma forma. Palavras de ordem contra a ditadura, o custo de vida, o arrocho salarial e contra a repressão eram esperadas, e havia um clima de conversas e cochichos nos bares, na universidade, com cuidado porque era preciso precaver-se. Não era possível imaginar o que seria o enredo daquele dia, e dos dias seguintes, carregado a ponto de alterar decisivamente o cotidiano de homens e mulheres, em especial daqueles e daquelas que foram presos e presas.

A Novembrada foi um movimento ocorrido em Florianópolis já no período final da ditadura militar implantada no Brasil em abril de 1964, derrubando o presidente João Goulart e dando início a um período de 21 anos dos mais violentos e repressivos sistemas de governo no Brasil. Desde o golpe, passaram pela presidência militares que praticaram a brutalidades, legitimadas pelos discursos da suspeição e perseguição aos ditos inimigos internos. A resistência acontecia, mas a censura era voraz, e pouco ou nada era divulgado – em novembro de 1977, por exemplo, a Operação Barriga Verde deflagrada em Santa Catarina, deixou um rastro de prisões e torturas que provocou atropelos e dores tantas que ainda sangram, como vimos nas memórias de homens e mulheres colhidas por Celso Martins, pulsantes das torturas sofridas, desaparecimentos, prisões e solidariedades.³

Em 1979, em meio a denúncias de alguns setores da sociedade e antipatia popular que o sistema vinha enfrentado, quando assumiu o presidente General João Batista Figueiredo, o regime

¹ Professora do Departamento de História

² Historiadora.

³ MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde**. Florianópolis: UFSC, 2006.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

militar se desgastava e eram colocadas em xeque as posturas política, econômica e social. A insatisfação popular na década de 1970 era visível: o custo de vida, arrocho salarial e a ineficiência do governo militar em resolver a crise econômica e social tornavam a situação insustentável. Se o discurso era de progresso e modernização, uma parcela da população brasileira sobrevivia à miséria, e vivia-se sob censura. O projeto do regime ditatorial tentou manter-se à força das armas, mas havia quem não seguia as normatizações da censura e as driblavam, exerciam seus poderes – homens e mulheres dissimularam, inventaram estratégias, desafiaram as autoridades, mobilizavam-se, exerceram seus poderes nas entranhas do cotidiano, nos “micropoderes”, exercidos na relação de confronto ou lutas de poder.⁴

Historiadores/as e jornalistas, dentre outros, tem escrito sobre a Novembrada, com olhares e interpretações diferenciadas, e ficaram as imagens a testemunhar os fatos; o filme/documentário *A Novembrada*⁵ fez reavivar o movimento, e, temos as representações da imprensa da época nas suas versões, em geral sob censura. Contudo, é nas memórias de quem vivenciou aqueles dias e meses que encontramos as subjetividades, os “não ditos”, as coisas menos contingente, as burlas e táticas no calor da hora. Como nos ensina Pollak, “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a ‘memória nacional’”.⁶ As mulheres foram protagonistas à sua maneira, e também detidas, torturadas; várias delas tiveram que reinventar modos de fazer e ser, e é delas que falamos nesta narrativa .

Algumas mulheres catarinenses, no transcorrer do processo da Novembrada, tiveram participação ativa enfrentando a repressão, fato que as levou para a prisão, alterando o curso de suas vidas e deixando marcas profundas “no corpo e na alma”, na expressão de Derlei Catarina de Luca.⁷ Através de uma pesquisa feita pro mim e por

Mirian Wagner, foram ouvidas algumas mulheres que foram presas e outras que participaram de alguma forma do movimento; delas, as lembranças são de sofrimento, dificuldades, desespero,

⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993, 15 e seguintes.

⁵ Filme “**Novembrada**”- Diretor: Eduardo Paredes. Florianópolis: *Usyna Press* Vídeo Produções Cinematográficas Ltda. M.F., 1992.

⁶ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. (V.2, n.3.) Rio de Janeiro: Vértice, 1983, p. 4.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

medo, angústia, mas principalmente de solidariedade e coragem, subjetividades que comportam marcas e ressentimentos, no mais das vezes.⁸

Foram sete as prisões de estudantes no evento da Novembrada; cinco no primeiro momento, e Lígia Giovanella e Adolfo Luiz Dias (presidente do DCE/UFSC) se entregaram à polícia, no dia 06 de dezembro, com mandatos de prisão expedidos pela Polícia Federal. A partir do momento que estiveram reféns no judiciário, os rapazes e as moças foram mantidos em lugares separados e isolados em cubículos na Polícia Federal, em Florianópolis, respondendo interrogatórios, sendo que à noite foram transferidas, conforme relata o jornalista Luis Felipe Miguel, “Os três rapazes ficaram numa casa que servia na Penitenciária Estadual, que servia anteriormente para encontros de detentos casados; as moças ocuparam quartos no Hospital de Polícia Militar, sob a guarda da polícia civil”.⁹

Dentre as mulheres que atuaram na manifestação, três delas estiveram presas: Rosângela Koerich Souza, estudante de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e militante de esquerda àquela época, Lígia Giovanella, vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFSC), e Marize Lippel.¹⁰ No relato de Rosângela, “Nós fomos presas dia 2 de dezembro (de 1979), no domingo. Eram seis horas da manhã, me tiraram da cama, eu estava dormindo, a polícia civil chegou e me arrancou da cama e me levou presa. Só deu tempo de trocar de roupa. Eles pegaram todo mundo de manhã cedinho, entre cinco e meia e seis horas”. Nas suas lembranças, Rosângela recupera os sentidos daqueles dias de prisão:

Na época da prisão, no hospital, quando eu ficava muito revoltada, eu chorava tanto, de soluçar. Todos os dias eu chorava sozinha, um calorão, porque eu sou super educada, e ficar presa, isso foi uma pressão. Eu pensava que aquilo ia valer a pena, pensava, “calma, que um dia, se tudo isso sair bem, se eu não for para a cadeia”, porque achava que com o tempo eu ia ser condenada, era isso que eu achava naquele momento, torturada, nunca pensei... mas, ser condenada sim, porque

que não? Dá uma loucura nesses homens, condenam a gente e eu não suportaria ficar na prisão um mês, Deus me livre, não gosto de pensar nessa possibilidade. Então eu pensava “vai valer a pena”.

Neste relato vemos a dimensão da solidão na prisão e os sentimentos de revolta, mas principalmente de esperança e força. Percebemos, nas narrativas da então prisioneira, detalhes do cotidiano no cárcere e de como burlavam os esquemas da vigilância:

⁷ DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do Autor, 2002.

⁸ WAGNER, Mirian Elisa da Silva Aguiar. **Em cena, as mulheres**: a Novembrada como lugar de resistência. Florianópolis, 2003. Monografia (Graduação em História). UDESC. Disponível em www.bu.udesc.br/acervo

⁹ MIGUEL, Luis Felipe. **Revolta em Florianópolis**: a Novembrada de 1979. Florianópolis: Insular, 1995, p. 59.

¹⁰ As depoentes aqui citadas concederam entrevista em 2002 e 2003, autorizando a publicação - Rosângela Koerich Souza, Francisca Souza, Maria Amélia de Almeida Schmidt, e Luíza Doin Vieira.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Durante o dia inteirinho um homem da Polícia Federal ficava sentado numa cadeirinha na porta do nosso quarto. No quarto só tinha a cama, tinha duas camas, uma da visita ou acompanhante e a outra cama para mim. Então tinham essas duas camas e a porta ficava aberta e durante o dia inteiro ficavam sentados numa cadeira diante da porta. Em cada porta ficava um policial, vigiando o dia inteirinho. Eu não podia ler, não podia fazer um crochê, não podia fazer absolutamente nada. À noite vinha a polícia civil feminina, aí essas meninas não queriam nem saber de ditadura, aí sim, então nós jogávamos canastra, conversávamos, líamos jornal.

Notamos que havia certa cumplicidade entre as mulheres presas e as mulheres da Polícia Civil que as vigiavam, as quais, também burlaram o sistema e talvez, pelo fato de serem mulheres como elas, facilitaram e deram certa “liberdade” dentro daquele espaço utilizado como prisão, permitindo que as detidas lessem e tivessem acesso à leitura. Entretanto, havia situações de risco:

Nós escondíamos as coisas, e de vez em quando eles iam lá fazer uma faxina e olhavam embaixo do colchão. Um dia foi um troglodita, que veio da Bahia, para nos interrogar, era um gorila imenso, de olhos arregalados, esbugalhados, dava soco em cima da mesa, quebrou quase que o quarto inteiro a pontapés porque chegou lá e encontrou guardado no criado mudo um monte de revistas Tio Patinhas, Pato Donald, que era uma forma que a gente tinha de se distrair, aí rasgou tudo, disse que não poderia. O que eles queriam mesmo era nos abalar emocionalmente. À noite, conversávamos, e, durante o dia, nós conversávamos também mas, cada uma do seu quarto. Nós berrávamos, gritávamos.

As mulheres ficaram detidas no Hospital Militar Lara Ribas, primeiro Rosângela e Marize, depois Lígia; ali foram mantidas em quartos separados próximos uns aos outros e assim mantinham contatos. Notamos as formas utilizadas para burlar a vigilância, compreendidos como táticas, conforme a concepção de Michel de Certeau, ou a “arte do fraco”,¹¹ em um espaço que era severamente vigiado, como estratégias de sobrevivência e onde construía pequenas redes de ajuda e de solidariedade. No relato de Rosângela para a imprensa, já passados quase vinte anos do ocorrido, fragmentos do cotidiano na prisão:

Fiquei oito dias em cela incomunicável e dois dias recebendo visitas. Eu e a Lígia, que estava em outra cela, ficávamos conversando aos berros. Cantávamos música do Geraldo Vandré e recitávamos Drummond, só para irritar os guardas. Como não me deixavam ler, para não pirar eu ficava o tempo inteiro limpando os ladrilhos e a junção dos azulejos do banheiro. Nunca ficaram tão limpos! Nem no banheiro eu podia ir sozinha!. (A *Notícia*, 29/11/1998)

Rosângela era estudante de Direito, e tinha colegas de turma que eram policiais civis e militares federais, e assim se referiu a eles:

Eu os tinha por companheiros em sala de aula. Inclusive os meus carcereiros eram meus companheiros de sala de aula, eles que iam me buscar pra interrogatório. (...) então, quem ia me buscar para o interrogatório com metralhadoras apontadas para mim eram meus amigos de sala de aula, é, meus amigos de sala de aula.... Eu dizia a eles; vocês não têm vergonha de fazer isso?

¹¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Eu sou uma garota de 22, 23 anos de idade e vocês sabem que eu não sou mau caráter nem bandida e além de vocês me prenderem ainda me apontam metralhadoras, que é isso? Ai eles me diziam “ordens são ordens”, eu dizia “olha os nazistas falavam as mesmas coisas. Os nazistas mataram e fizeram a defesa deles, sempre cumprindo ordens, vocês vão pagar um dia por isso”.

Este relato evidencia que havia tensões do momento, e, mesmo entre colegas a ordem era cumprida, e, segundo Rosângela, isso acontecia porque, sendo Florianópolis uma cidade pequena, as pessoas se conheciam ou da sala de aula ou dos corredores da Universidade. As ordens eram de homens para homens que deviam reprimir homens e mulheres, e o faziam munidos de armas potentes, símbolos da masculinidade e potência.

Dona Francisca Souza, cozinheira que trabalhava no Hospital Militar Lara Ribas, contou-nos que um tenente, numa reunião rápida com as funcionárias, convocou-as para que pernoitassem, em sistema de revezamento, em companhia das prisioneiras, e assim relatou:

O tenente nos disse que devido ao “rebolicho” da Praça, virão mulheres que vão ficar presas aqui e preciso de duas mulheres para ficar de plantão à noite com elas. Algumas funcionárias reclamaram porque tinham marido e não podiam dormir fora. Ele disse que a gente se virasse e fizesse um revezamento e nos ameaçou dizendo que déssemos um jeito, quem não concordasse poderia perder o emprego. Assim a

gente resolveu quem ia ficar. Eu fiquei 2 noites com uma delas, acompanhada de uma colega que já faleceu, que ficava com a outra prisioneira.

Francisca não lembrou exatamente qual delas acompanhou, e nos disse que não teve medo de estar junto delas, porque “não representavam perigo”, não tinham armas, e no quarto não tinha nada além de duas camas, nenhuma televisão, nenhum rádio, nada que possibilitasse distração para as detentas. Relatou que os funcionários ficavam curiosos com o fato, pois era novidade ter prisioneiras naquele local. Sobre a estadia das mulheres na prisão, Francisca nos faz observações:

Uma das coisas que eu observei, já que eu fazia as refeições no hospital da Polícia Militar, era que as detentas comiam muito pouco, pois as refeições eram devolvidas quase intocadas. Além de comerem pouco, não recebiam nenhuma alimentação de fora do hospital e muito menos eram servidas fora do horário normal da instituição hospitalar, tomavam pouco cafezinho. Não recebemos nenhuma indicação para cozinhar alguma coisa especial, era a mesma alimentação servida aos internos do hospital. No havia nenhuma alimentação no quarto delas, para o caso de fome fora de hora. Apenas a água fornecida pelo copeiro do hospital.

Foi através de Rosângela que encontramos Maria Amélia de Almeida Schmidt, a amiga que esteve presente durante a manifestação e a sua prisão. Os boatos de que Maria Amélia havia incitado o povo a pronunciar palavrões a deixaram furiosa, e resolveu fazer um ato de protesto: caminhou do DCE até a Praça XV de Novembro, ajoelhou-se em frente ao Palácio Cruz e Sousa,

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

levando consigo suas duas filhas menores, pois elas lhes dariam mais segurança caso eventualmente surgisse alguma repressão. Na sua fala:

Eu, revoltada, pois gostava muito dela e estava havendo aquelas manifestações, pensei “ai meu Deus, o que eu faço para protestar contra o que estão fazendo com ela?” Eu nem entendia de política, eu só entendia que comunista.... o que era comunista para mim? Que eram pessoas que não acreditavam em Deus, que eram contra o governo e eu não tinha nada disso. Bom, para eles pensarem que eu não sou descrente, que eu acredito em Deus o que eu vou fazer? Vou fazer uma passeata com uma santa e com terços. Meus filhos estudavam no Menino Jesus e então fui pedir um terço, pois não dispunha de nenhum e fui a rua com minhas duas filhas, fiquei com medo de apanhar e acompanhadas por elas achei que não me fariam nada. Fiz uma placa e nela escrevi mais ou menos assim “em protesto para que meus filhos amanhã não sofram injustiças que esses estudantes estão sofrendo hoje”, e sai pela rua Felipe Schmidt. Andei pelas ruas com um véu na cabeça, nem sei se usavam véu, com a santa na mão e as crianças do lado e com a placa. As minhas filhas eram pequeninas, a santa era a Nossa Senhora que eu tinha em casa. Percorrendo as ruas algumas pessoas por onde eu passava me aplaudiam outras

falavam “olha que ridículo, que absurdo”. Eu só queria que a Lelê saísse da prisão, por isso eu fiquei revoltada.

Maria Amélia reaviva detalhes vividos na passeata ocorrida no dia 5 de dezembro de 1979, e notamos coragem, solidariedade e resistência no seu protesto. Isso mostra que as mulheres não são passivas nem tão submissas, “elas se afirmam por outras palavras, outros gestos”¹² quebram normas e se expõem, usam de estratégias, pois no cotidiano estão imprevisibilidades, as artes de resistir e reinventar. O fato relatado por Maria Amélia apareceu nas páginas do jornal *O Estado* do dia 06 de dezembro de 1979, como se percebe numa fotografia, também publicada, onde aparecem as duas crianças acompanhando a mãe segurando um cartaz escrito à mão, e no que se lê “Que no futuro haja mais justiça, para que minhas filhas não sofram o mesmo que nossos irmãos presos hoje.” Na manchete, diz: “Mãe exhibe cartaz e pede que haja mais justiça no futuro”, e onde se lê que Maria Amélia pede justiça e convoca mães para uma nova passeata no dia seguinte, indicando que “Desta vez, não havia policiais, e as manifestações de solidariedade foram palmas”. Com “Vestido estampado e com um terço na mão, dona Maria Amélia, quatro horas da tarde, levou ao DCE, uma cartolina para que fosse feito o cartaz. Depois saiu com as filhas pela rua Felipe Schmidt, e faz a primeira parada em frente ao Ponto *Chic*, onde levantou o cartaz. Foi aplaudida”, relata o jornal, enquanto caminhou ao redor da Praça XV em direção ao Palácio Cruz e Sousa, “onde ajoelhou-se e pediu: ‘Por favor, governador. Não deixe uma inocente presa. Lhe imploro de joelhos, na certeza de que, amanhã, não precisarei voltar novamente à praça’”, fato que a imprensa explorou, publicando

¹² PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 212.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

as palavras de Maria Amélia em defesa da amiga e, reproduziu a frase dita por ela: “Se democracia é isto que nós vemos, imagina daqui a 10 anos quando minhas filhas estiverem na Universidade”.

Assim que foi permitida a visitação as mulheres presas, Maria Amélia dirigiu-se ao Hospital-prisão para visitar a amiga, e, como disse-nos, “A polícia acabou me prendendo, me reconheceram pelas fotografias, me levaram juntamente com a Rosângela para interrogatório”, feito com a costumeira agressividade e grosseria dos militares na ocasião, sendo que “Depois de algumas horas de interrogação fui liberada. Não aconteceram represálias depois disso. Foi uma história muito curta, onde eu apenas

proteste contra a injustiça que estavam fazendo...” Maria Amélia arriscou-se ao protestar sozinha, pois a ditadura não dava tréguas a ninguém, e seu ato de cidadania e generosidade não a impediu de enfrentar a família e a polícia em defesa do que acreditava.

Outras mulheres foram em busca da libertação de filhos e filhas, como fez Josefina Givanella, mãe de Lígia, que se mobilizou naquele episódio. Segundo o jornal *O Estado*, de 05 de dezembro de 1979,

O momento mais comovente da manifestação de ontem e que fez várias pessoas chorar, foi quando a mãe da estudante Lígia Giovanella, que está sendo procurada pela Polícia Federal com mandato de prisão embasado na Lei de Segurança Nacional, falou ao povo. De sandálias de dedo, a professora de 2º grau em Rio do Sul, Josefina Giovanella, confessou que estava ali ‘porque minha filha sempre me dizia: mama vai lá com a gente. E como ela não está, eu estou aqui representando’. (...) ‘tem mais: eu creio plenamente na juventude brasileira reprimida 15 anos, agora mais ou menos’. Mas ‘eu prometo para vocês que se vocês souberem reivindicar os seus direitos, os direitos de cada um, nós vamos ser gente’. E perguntou aos manifestantes: ‘Não é verdade gente, que agora é igual a 1975? Por quê? Porque em 1975 eu tive um filho seqüestrado, torturado, não teve uma voz em Santa Catarina a favor’.

As pessoas eram detidas de surpresa, como vemos no depoimento de Luíza Doin Vieira, advogada, sobre o momento em que o filho fora detido:

Quando foi na manhã de domingo, antes das sete da manhã, bateram na porta e eu fiquei admirada, apesar de minha casa ser sempre, local dos meus parentes ficarem. Abro a porta ainda de camisola, coloquei um chambre, não lembro se eram quatro ou cinco homens, mal encarados, todos armados e com um papel, dizendo que meu filho estava preso e que tinha um camburão na frente, esperando por ele. Qual foi minha reação? Primeira coisa: pedi a Deus proteção. Foi um impacto. A sorte que meus outros dois filhos não estavam em casa. Pedi que eles aguardassem, fechei a porta, telefonei para meus irmãos avisando e disse “estou indo com a Polícia Federal com o (filho) que está sendo preso, tem uns agentes federais aqui que trouxeram um documento”. (...) o mais importante para mim é que estavam todos armados. Arrumei-me, chamei minha filha que também se arrumou (...) Fomos na mesma condução, ele algemado na frente.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Essa situação de desconforto e dor por ter que submeter a filha com a imagem do irmão e filho algemado marcou sua vida. Sim, a memória tem marcas e quando marca é porque tem significado. Luíza contou-nos sobre sua ida a Brasília juntamente com outras sete mães dos presos e presas com o objetivo de solicitar ajuda aos Deputados Federais pelo não enquadramento de seus filhos e filhas na Lei de Segurança Nacional.

A luta destas mulheres ganhou visibilidade sendo uma força importantíssima nas manifestações de protesto contra o arbítrio da Ditadura Militar.

Depois de muitas batalhas por parte das mães, parentes, amigos, alguns deputados de oposição, instituições políticas, religiosas, grupos estudantis, foram libertados os cinco primeiros estudantes, no dia 11 de dezembro de 1979. Os outros dois, Lígia e Adolfo, no dia 13 de dezembro do mesmo ano. Assim que foram libertados, os prisioneiros tiveram que prestar depoimentos constantemente, na cidade e Comarca de Curitiba, pois estavam para ser julgados. No dia 14 de fevereiro de 1981, o promotor militar Bertino Ramos pediu o enquadramento na Lei de Segurança Nacional de Rosângela Koerich e Lígia Giovanella, acusadas de agredirem verbalmente o Presidente Figueiredo. No dia 17 de fevereiro de 1981, encerrava-se o julgamento com o Tribunal de Segurança Nacional, absolvendo todos os estudantes, por 03 votos a favor e 02 contra.

Entre a prisão, as lutas pela soltura e pelo não enquadramento na Lei de Segurança Nacional, passou-se um ano entre idas e vindas, isto alterou mexeu com o cotidiano daquelas mulheres detidas e seus familiares, e tiveram que lidar com a intrepidez do aparato policial ditatorial. As mulheres aqui protagonistas - Rosângela, Maria Amélia, Francisca, Luíza, Josefina - mostram que onde há vida, há resistência, inventividade, solidariedade, ternura.